



**PROJETO DE LEI Nº 0061-11, DE 02 DE JUNHO DE 2011.**

*Dispõe sobre a reserva de assentos ou espaços aos portadores de deficiência e idosos em eventos públicos.*

Art. 1º É assegurado às pessoas portadoras de deficiência e aos idosos, a reserva de assentos ou espaços privativos, em eventos públicos promovidos ou patrocinados pelo Poder Público.

Art. 2º É considerada pessoa portadora de deficiência, para fins desta Lei, a que se enquadra nas seguintes categorias:

I - deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

II - deficiência auditiva: perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (DB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000HZ e 3.000HZ;

III - deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a menor correção óptica; nos casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;



**GABINETE DO PREFEITO**

IV - deficiência mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

- a - comunicação;
- b - cuidado pessoal;
- c - habilidades sociais;
- d - utilização dos recursos da comunidade;
- e - saúde e segurança;
- f - habilidades acadêmicas;
- g - lazer;
- h – trabalho;

V - deficiência múltipla: associação de duas ou mais deficiências.

Parágrafo Único. A condição de portador de deficiência será demonstrada através da apresentação da Carteira de Portador de Deficiência ou do atestado ou laudo médico.

Art. 3º É considerado idoso, para os efeitos desta Lei, a pessoa maior de sessenta (60) anos, comprovados através da apresentação da Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação ou da Carteira Profissional que contenha o ano de nascimento.

Art. 4º Os assentos e espaços privativos referidos no art. 1º serão demarcados e sinalizados, de acordo com o público beneficiário, com as palavras “idosos”, e “portadores de deficiência”.

Art. 5º Os órgãos e entidades públicas e as pessoas jurídicas de direito privado cujos eventos sejam promovidos ou patrocinados pelo Poder Público garantirão a observância dos benefícios previstos nesta Lei, sob pena de:

I – proibição de início ou suspensão do evento, até a disponibilização dos assentos ou espaços privativos previstos nesta Lei;

**PREFEITURA DE ITAQUI - RS**



**GABINETE DO PREFEITO**

II – suspensão ou cancelamento do repasse de recursos públicos pendentes, relativos ao patrocínio do evento.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 7º Esta Lei será regulamentada, no que couber.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 02 DE JUNHO DE 2011.**

**GIL MARQUES FILHO**  
Prefeito



**PROJETO DE LEI Nº 0061-11, DE 02 DE JUNHO DE 2011.**

**JUSTIFICATIVA**

Estamos encaminhando a Vossas Excelências o projeto de Lei que dispõe sobre a reserva de assentos ou espaços aos portadores de deficiência e idosos em eventos públicos, promovidos ou patrocinados pelo Poder Público.

Inicialmente, cabe salientar que é dever do Poder Público e seus órgãos garantir às pessoas portadoras de deficiências e aos idosos, as ações necessárias ao cumprimento das disposições constitucionais que regem a matéria, bem como, o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive, aqueles referentes ao lazer.

De igual modo, vale referir que a Lei Federal nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração social, regulamentada pelo Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, e o Estatuto do Idoso, tecem diretrizes e orientações normativas a Administração Pública direta e indireta, objetivando, no âmbito de sua competência e finalidade, tratamento prioritário e adequado aos portadores de deficiência e aos idosos, buscando sua efetiva integração na comunidade.

Essas as razões que justificam o presente projeto de lei.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 02 DE JUNHO DE 2011.**

**GIL MARQUES FILHO**  
Prefeito